

Nem em 1929 houve crise como a atual

ARNOLFO CARVALHO

Da Editoria de Economia

O esgotamento do modelo keynesiano de economia — em que o Governo exerce papel dinamizador da atividade econômica — está levando o Brasil a um verdadeiro estado de “economia de guerra” já experimentado em outros países, em que o esforço industrial tende a se desviar para a produção bélica — não apenas armamentos, mas também áreas de suporte, como informática etc. que não tem capacidade para combater a inflação ou o desemprego por não criar mercado, gerando assim a maior crise da história capitalista.

Este modelo explicativo da atual crise econômica do país e do mundo ocidental é do professor de Economia Lauro Campos, da Universidade de Brasília. “Na prática não é apenas uma crise, mas sim quatro crises combinadas — crise do modelo produtivo voltado para o consumismo; crise da dívida externa; crise da dívida pública interna e crise do modelo de superacumulação de renda — que estão explodindo, embora ainda não tenhamos visto o início verdadeiro do que poderia ser chamado de “a grande crise”.

Para reforçar sua tese de esgotamento do modelo econômico conceituado por John Keynes, o professor da UnB começa pela análise do quadro internacional, em torno do que ele chama de “economia cêntrica” — ou seja, da economia norte-americana: primeiro, não existe nenhuma possibilidade de recuperação inicial da economia dos Estados Unidos, ao contrário do que vêm esperando as autoridades econômicas brasileiras, cujos resultados até agora são “ilusórios e limitados” por se apoiar sobre as economias periféricas que estão debilitadas.

Segundo, a essência da reaganomics (economia de Reagan) é levar países como o Japão — que vem fazendo concorrência aos americanos na produção de automóveis, computadores e eletrônicos em geral — a desviar-se para a produção bélica, assim como a Alemanha também seria desbrigada dos tratados pós-guerra e substituiria a produção de máquinas por produção bélica.

“O Japão não vai conseguir se manter livre da inflação por muito tempo — sentencia Lauro Campos — porque a economia bélica gera inflação e não cria o correspondente mercado”. Além disso, no plano interno o esforço norte-americano não é bem como dizem os relances, pois a base monetária (que mede o déficit público e a emissão de moeda) registrou há pouco crescimento de 20%, quando a previsão

vés da inflação, produzida pela emissão governamental e gastos públicos, que os governos tiveram como atender o novo consumismo.

Esta crise da dívida externa tem suas raízes no esgotamento do padrão de transplante de capital adotado para evitar a repetição da crise de 29 após a 2ª Guerra Mundial. “A economia americana teve que se desconcentrar para países como Argentina, Brasil, México e Canadá, que se transformaram em economias hospedeiras do grande capital, cujo portador tem sido a corporação multinacional”. Aqui este capital transplantado se inseriu principalmente a partir de 1955, desenvolvendo uma estrutura antiquada de produção industrial voltada para o atendimento do consumo de luxo (carros, rodovias etc.).

Ao mesmo tempo foram criadas as condições para que também o capital financeiro internacional pudesse participar dos lucros propiciados pelo desenvolvimento da “economia hospedeira” — e para isso, segundo Lauro Campos, era preciso que as economias subdesenvolvidas se tornassem devedoras do sistema bancário internacional. O endividamento que começara apenas na balança comercial — pois antes eram débitos relativos ao pagamento de importações — passa a se expandir em outros itens do balanço de pagamentos, principalmente o serviço da dívida (juros etc.), fretes, assistência técnica etc.

Este endividamento expandiu-se ainda mais rapidamente a partir da década de 70, quando o chamado “milagre econômico brasileiro” recebia a oferta de recursos internacionais deixados ociosos pela queda nas oportunidades de investimento na Europa e Estados Unidos, num primeiro indício da crise mundial que começava.

A terceira é a crise da dívida pública, que assola não apenas o Brasil mas outras economias que adotaram o “modelo keynesiano” de desenvolvimento: o governo que antes estimulava a economia agora já não pode mais nem mesmo aumentar a oferta de empregos pela absorção de mais funcionários, enquanto o volume de títulos da dívida pública emitidos pressiona as taxas de juros ao mesmo tempo que o déficit global do setor público alimenta continuamente a inflação.

O resultado da concentração consumista do pós-guerra, segundo Lauro Campos, foi a rápida acumulação de renda numa pequena parcela da sociedade, desencadeada a partir de 1967 no caso brasileiro. A partir da reforma tributária do ex-ministro Roberto Campos, a concentração consumis-

ta de apenas 4% para que a inflação não volte a pressionar. Lembra também que o desemprego nos Estados Unidos passou só de 10,4% para 10,3%.

No caso americano, a própria “economia de guerra” está em crise, “porque entre outras coisas a dívida pública e o poder emissor do governo chegaram ao fim”. Campos acredita que, ao invés dos duzentos e poucos bilhões de dólares para o orçamento da defesa que estão sendo solicitados ao Congresso, “Reagan poderia receber até US\$ 1 trilhão para armamentos que, mesmo assim, não teria como colocar em ação a produção bélica, pois viria o aumento da base monetária e da inflação que, entre outros, provocaria males como a elevação das taxas internacionais de juros para mais de 20%”.

A nível nacional, Lauro Campos identifica a primeira das quatro crises no esgotamento da “estrutura consumista” de produção industrial: nos Estados Unidos esta estrutura esgotou-se em 1929, quando a produção de carros caiu de 5,3 milhões de unidades para cerca de 900 mil em 1931. A comparação com as estatísticas brasileiras é clara: após atingir a marca de um milhão de veículos por ano, a produção automobilística do país caiu para 580 mil unidades em 1981.

O problema é que, nos Estados Unidos, quando aquela estrutura industrial voltada para a produção de bens de luxo entrou em colapso, foi substituída pelo “consumismo governamental”: as empresas passaram a atender os projetos do governo que, para conter a queda na receita tributária (pois a produção nacional estava em baixa), pariu para a criação de um tipo inconversível de moeda, que é o dinheiro emitido sem lastro no ouro. “A inflação tem sido a unidade de salvação econômica há 50 anos” — lembra Lauro Campos, pois foi atra-

ta permitiu a expansão do número de empresas estatais, que chega hoje a algo em torno de 560. Ao mesmo tempo ocorria a acumulação de renda na agricultura e nas indústrias, tanto nacionais como estrangeiras.

A quarta é a crise da superacumulação de renda: Lauro Campos acredita que a verdadeira crise econômica ainda não explodiu no Brasil, apenas porque na prática ainda não começou o colapso do modelo de superacumulação de capital através do sistema financeiro. “Agora a crise vai deixar de acontecer de degrau em degrau, como vem ocorrendo, para se precipitar num desfiladeiro” — prevê o economista.

Para se compreender o que vai acontecer daqui em diante, Campos recorre ao exemplo da Grande Depressão nos Estados Unidos: se ações das grandes empresas negociadas na Bolsa de Valores de Wall Street subiam de cotação dia a dia, e seus portadores deixavam os papéis nos bancos em caução por empréstimos em dinheiro, que em seguida eram usados para adquirir novas ações na bolsa e assim sucessivamente o seu preço era aumentado — até estourar a Terça-Feira Negra de outubro de 1929, “quando ninguém foi ao banco resgatar papéis sem valor”.

No caso brasileiro, os bancos têm hoje no mínimo Cr\$ 7 trilhões em papéis — ou seja, títulos da dívida pública colocados pelo governo e que não têm valor real, pois serão trocados sempre por novos papéis. Além disso, os bancos estrangeiros também estão abarrotados de papéis sem valor, correspondentes a cerca de US\$ 900 bilhões da dívida dos países do Terceiro Mundo, pelos quais também não receberão dinheiro com valor real. Lauro Campos conclui que a situação torna-se muito mais grave porque já não existem mais os dois sustentáculos utilizados para superar a crise de 1929 nos Estados Unidos.